



SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### EDITAL

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2013

#### REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 020.806/12-4)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado **SENADO**, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 03, de 2012, tornam pública, para conhecimento das pessoas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450/2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204/2007, do Decreto nº 7.892/2013 e do Regulamento de Compras e Contratações do Senado Federal aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 10/2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 020.806/12-4, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à **contratação de empresa para aquisição de computador servidor de banco de dados com tecnologia de 64 bits, incluindo licença de sistema operacional, software de cluster, instalação e configuração, treinamento em configuração e administração do computador servidor e assistência técnica corretiva durante 60 (sessenta) meses.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

**DATA: 04/06/2013.**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30hs.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).**

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio **[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**.

### CAPÍTULO I – DO OBJETO

- 1.1 – O presente pregão tem por objeto o registro de preços, para, por demanda formulada pelo SENADO, a contratação de empresa para aquisição de computador servidor de banco de dados com tecnologia de 64 bits,**



## SENADO FEDERAL

**incluindo licença de sistema operacional, software de *cluster*, instalação e configuração, treinamento em configuração e administração do computador servidor e assistência técnica corretiva durante 60 (sessenta) meses**, destinados ao Senado Federal, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

- 1.1.1** – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **CATMAT/CATSER** e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## **CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**2.1** – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio **[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**.

**2.1.1** – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, assim como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

**2.1.2** – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.2** – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

**2.3** – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas e/ou consórcios de empresas que, por qualquer motivo:

**2.3.1** – tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

**2.3.2** – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;



## SENADO FEDERAL

**2.3.3** – estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

**2.3.4** – estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

**2.3.5** – encontrem-se em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

### CAPÍTULO III – DA PROPOSTA

**3.1** – A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**3.2** – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os **preços unitário e total do item**, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, já considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

**3.2.1** – Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.

**3.3** – A licitante deverá apresentar nos campos apropriados do sistema eletrônico, a especificação detalhada da marca, modelo e fabricante do equipamento ofertado, bem como a documentação técnica do equipamento, em língua portuguesa, composta de manuais, folders, fichas técnicas e quaisquer outras informações afins, que forem julgadas necessárias ou convenientes, para aferição do atendimento aos requisitos técnicos exigidos no Anexo 02 (especificações) deste edital, vedada a cotação de opção.

**3.3.1** – O SENADO poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

**3.3.2** – A apresentação dos materiais a que se refere o subitem 3.3.1 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pelo SENADO.

**3.4** – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” deverão ser prestadas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta:

**3.4.1** – **Prazo de entrega** dos produtos de, no máximo, **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato.



## SENADO FEDERAL

**3.4.2 – Assistência Técnica com garantia de funcionamento** para todos os produtos de, no mínimo, **60 (sessenta) meses**, contra defeitos de fabricação ou impropriedades, sendo os primeiros **12 (doze) meses** a título de garantia do fabricante e os **48 (quarenta e oito) meses** seguintes a título de garantia estendida.

**3.5** – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.

**3.6** – Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, que deixarem de cotar quaisquer dos itens ou as que desatenderem às exigências deste edital.

**3.7** – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

**3.8** – A licitante que, porventura, se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar em campo próprio do sistema.

**3.9** – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**3.10** – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

**3.10.1** – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**3.10.2** – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**3.11** – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**3.11.1** – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**3.12** – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste



## SENADO FEDERAL

edital e seus anexos.

### **CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA**

**4.1** – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio **www.comprasnet.gov.br**.

**4.2** – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**4.3** – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

**4.4** – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**4.5** – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio **www.comprasnet.gov.br**.

### **CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**5.1** – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

**5.2** – Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase dos lances.

### **CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

**6.2** – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.



## SENADO FEDERAL

**6.3** – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**6.4** – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

**6.5** – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**6.6** – Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexeqüível.

**6.7** – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

### **CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS**

**7.1** – Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**7.1.1** – Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

**b)** não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.



## SENADO FEDERAL

**7.1.2** – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

### CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

**8.1** – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global**.

### CAPÍTULO IX – DA NEGOCIAÇÃO

**9.1** – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**9.1.1** – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**9.2** – Após o disposto no item 9.1, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada, nos termos do art. 10 do Decreto nº 7.892/2013.

**9.2.1** – A apresentação de novas propostas na forma do item 9.2 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

**9.2.2** – As licitantes que aceitarem o disposto no item 9.2 passarão a se denominar licitantes classificadas.

### CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**10.1** – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora, e às demais licitantes classificadas, o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance através do campo de “anexos” do sistema COMPRASNET, em formato de arquivo aceito pelo sistema, via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou através de e-mail para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**, cujo prazo de atendimento será de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação.

**10.1.1** – A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 06, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços.





## SENADO FEDERAL

**10.1.2** – Os documentos remetidos via sistema, fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

**10.1.3** – A licitante detentora da proposta mais bem classificada, e as demais licitantes classificadas, que deixar(em) de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será(ao) desclassificada(s) e sujeitar-se-á(ao) às sanções previstas neste edital.

**10.2** – O Pregoeiro examinará todas as propostas classificadas, que não poderão ser superiores ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como deverão estar adequadas às especificações técnicas do objeto.

**10.2.1** – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento das propostas.

**10.2.2** – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

**10.2.3** – Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

## CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

**11.1** – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao IV do Cadastro de Pessoa Jurídica e da documentação complementar especificada neste edital.

**11.2** – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, Nível I ao IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

**11.3** – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

### **11.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:**

- a.** Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, objeto em quantidade compatível com o da presente licitação.





## SENADO FEDERAL

### 11.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um).
- b. Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

### 11.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

### 11.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:
  - a.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
  - a.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;
  - a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

**11.4 – Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos através do campo de “anexos” do sistema COMPRASNET, em formato de arquivo aceito pelo sistema, via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou através de e-mail para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br) no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.**

**11.4.1 – Os documentos remetidos via sistema, fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Bloco de Apoio II, do Senado, Brasília-DF, CEP 70.165-900.****



## SENADO FEDERAL

**11.5** – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

**11.6** – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

**11.6.1** – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**11.7** – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

**11.8** – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.8.1** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame ou licitante classificada, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**11.8.2** – A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

**11.9** – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**11.9.1** – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.



## SENADO FEDERAL

### **CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

**12.1** – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável, se a amostra for rejeitada ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**12.2** – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

### **CAPÍTULO XIII – DO RECURSO**

**13.1** – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

**13.1.1** – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

**13.1.2** – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**13.1.3** – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

**13.1.4** – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

**13.2** – Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

**13.3** – Admitido o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

**13.4** – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.



## SENADO FEDERAL

**13.5** – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1** – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

**14.2** – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

**14.3** – O objeto deste Pregão será adjudicado **globalmente** à vencedora do certame.

### **CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1** – Após homologado o resultado deste Pregão, o SENADO convocará a licitante vencedora, bem como as licitantes classificadas, para assinatura da Ata de Registro de Preços, presencialmente, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, informando o local, data e hora.

**15.1.1** – O prazo poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SENADO.

**15.2** – Será incluído, na respectiva ata, o registro das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência da classificação do certame.

**15.2.1** – A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

**15.3** – Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

**15.3.1** – os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

**15.3.2** – os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada;

**15.3.3** – se houver mais de uma licitante na situação do subitem 16.3.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase



## SENADO FEDERAL

competitiva.

**15.4** – No caso de a licitante vencedora e as demais classificadas, após convocada(s), não comparecer(em) ou se recusar(em) a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e seus anexos, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

**15.4.1** – O Pregoeiro poderá, mantida a ordem de classificação, negociar com a licitante seguinte antes de efetuar o registro.

**15.5** – A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após publicada na Imprensa Oficial, conforme art. 14 do Decreto nº 7.892/2013.

**15.5.1** – A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

**15.6** – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## **CAPÍTULO XVI – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1** – A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

## **CAPÍTULO XVII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO**

**17.1** – O Senado Federal, localizado na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

**17.2** – Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação.



## SENADO FEDERAL

### **CAPÍTULO XVIII – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1** – A Secretaria de Administração de Contratações do SENADO será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados, e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

**18.2** – A convocação do fornecedor beneficiário pelo SENADO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para assinatura do contrato e atender ao pedido.

**18.3** – O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, assinar contrato, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

**18.4** – Quando comprovada a hipótese acima o SENADO poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

### **CAPÍTULO XIX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

**19.1** – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 17 a 19 do Decreto nº 7.892/2013.

**19.2** – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 20.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

### **CAPÍTULO XX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**

**20.1** – O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:



## SENADO FEDERAL

### **20.1.1 – a pedido, quando:**

**20.1.1.1** – comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

**20.1.1.2** – o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do fornecedor beneficiário ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do Senado Federal.

### **20.1.2 – por iniciativa do SENADO, quando:**

**20.1.2.1** – o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**20.1.2.2** – perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

**20.1.2.3** – por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

**20.1.2.4** – não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**20.1.2.5** – não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**20.1.2.6** – caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

**20.1.2.7** – o fornecedor beneficiário sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**20.1.3** – Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o SENADO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.





## SENADO FEDERAL

**20.2** – A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

**20.2.1** – por extinção da totalidade do seu objeto; e

**20.2.2** – quando não restarem fornecedores registrados.

### **CAPÍTULO XXI – DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**21.1** – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o SENADO poderá convocar o Fornecedor Beneficiário para assinatura do Contrato, dentro do prazo de 5 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**21.1.1** – A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o SENADO a convocar os demais fornecedores beneficiários constantes da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para assinatura do contrato em iguais condições.

**21.2.2** – A falta de manifestação dos demais fornecedores beneficiários convocados na forma do subitem 21.1.1 no prazo estabelecido autoriza o SENADO a convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços e, após negociação e verificação da adequação da proposta nos termos do item 15.4 e verificação das condições de habilitação, assinar o contrato.

**21.2** – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

**21.3** – O contrato vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 070/2013, constante do Processo nº 020.806/12-4, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

**21.4** – O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição do contrato.

**21.5** – Para assinatura do contrato referida no item 21.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.



## SENADO FEDERAL

### **CAPÍTULO XXII – DA FISCALIZAÇÃO**

**22.1** – Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços e/ou contrato.

### **CAPÍTULO XXIII – DOS ACRÉSCIMOS**

**23.1** – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**23.2** – Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

### **CAPÍTULO XXIV – DAS PENALIDADES**

**24.1** – A adjudicatária e/ou o fornecedor beneficiário que, convocados para assinar o contrato, no prazo estabelecido nos itens 15.1 e 21.1, respectivamente, ficarão sujeitos à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recusem ao cumprimento desses procedimentos nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

**24.2** – Caso a adjudicatária e/ou o fornecedor beneficiário não cumpram o estabelecido no item anterior, o SENADO poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

**24.3** – As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no item 24.2, e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 24.1.

**24.4** – Se a licitante ou o fornecedor beneficiário, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou na execução do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

**24.4.1** – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude no processo licitatório ou na execução do ajuste, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude



## SENADO FEDERAL

fiscal, ficará o fornecedor beneficiário ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre:

- a) o valor total do ajuste, se fornecedor beneficiário; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.

**24.5** – Ocorrendo a hipótese prevista no item 24.4 deste edital, o contrato e a ata do Registro de Preços assinada pelo fornecedor beneficiário responsável poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

**24.6** – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

**24.7** – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## CAPÍTULO XXV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**25.1** – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**.

**25.2** – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**25.3** – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**25.4** – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**.

**25.5** – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.



## SENADO FEDERAL

### CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**26.1** – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

**26.2** – Integram este edital os seguintes anexos:

- a) Anexo 01** – Termo de Referência;
- b) Anexo 02** – Quantidades e Especificações Técnicas;
- c) Anexo 03** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo 04** – Minuta do Contrato;
- e) Anexo 05** – Lista de Termos utilizados (definições);
- f) Anexo 06** – Modelo de Apresentação de Proposta.

**26.3** – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.

**26.4** – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**26.5** – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**26.6** – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

**26.7** – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

**26.8** – Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente edital, salvo autorização específica do SENADO.

### CAPÍTULO XXVII – DO FORO

**27.1** – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal,



SENADO FEDERAL

na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 16 de maio de 2013.

**RONALDO WAGNER CARMONA**  
**Pregoeiro**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 070/2013

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 020.806/12-4)

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

<b>Objeto</b>	Registro de Preços para contratação de empresa para aquisição de computador servidor de banco de dados com tecnologia de 64 bits, incluindo licença de sistema operacional, software de <i>cluster</i> , instalação e configuração, treinamento em configuração e administração do computador servidor e assistência técnica corretiva durante 60 (sessenta) meses.
<b>Estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos participantes e não participantes</b>	Não haverá outros órgãos participantes nesta licitação, haverá apenas o Senado Federal como órgão gerenciador. Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.
<b>Especificação do Objeto</b>	Conforme Anexo 02 – Especificações e Quantidades.
<b>Quantidade</b>	Conforme Anexo 02 – Especificações e Quantidades.
<b>Justificativa</b>	Os equipamentos a serem substituídos (Fujitsu PW850), que já possuem seis anos de uso, tiveram a sua produção encerrada pelo fabricante. Com isso, torna-se cada vez mais difícil obter peças de reposição e assinar contratos de manutenção. Soma-se a isto uma característica amplamente conhecida do mercado de informática: quanto mais antigos os equipamentos, mais onerosa se torna a sua manutenção. A dificuldade de obter peças de reposição, o alto custo associado e as restrições para celebrar novos contratos de manutenção elevam consideravelmente o custo total de propriedade dos equipamentos, muitas vezes inviabilizando o seu uso. Por último, e não menos importante, vale ressaltar que os



SENADO FEDERAL

	equipamentos Fujitsu PW850 encontram-se defasados tecnologicamente, após mais de seis anos de uso. Com o aumento da demanda de bancos de dados, o uso de equipamentos com baixa capacidade computacional resulta em lentidão no acesso e no processamento das informações.	
<b>Adjudicação</b>	Menor Preço Global.	
<b>Preços(s) Estimado(s) Unitário(s)</b>	<b><u>Valor Unitário:</u></b>	<b><u>Valor Unitário Mensal:</u></b>
	Item 01 – R\$ 600.000,00 Item 02 – R\$ 34.594,02 Item 03 – R\$ 3.863,65 Item 05 – R\$ 40.000,00	Item 04 – R\$ 1.025,00
	<b>Valor Global:</b> R\$ 2.721.442,64.	
<b>Prazo de entrega dos Equipamentos</b>	De, no máximo, <b>60 (sessenta) dias corridos</b> , contados da assinatura do contrato.	
<b>Assistência Técnica</b>	Garantia do fabricante de <b>12 (doze) meses</b> , a contar do recebimento definitivo do objeto. Assistência Técnica com garantia de funcionamento de, no mínimo, <b>48 (quarenta e oito) meses</b> , contra defeitos de fabricação ou impropriedades, a contar do término da garantia do fabricante.	
<b>Vigência da Ata de Registro de Preços</b>	Será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas.	
<b>Forma de Pagamento</b>	Conforme cláusula sexta do contrato.	
<b>Local de Execução</b>	Secretaria Especial de Informática – PRODASEN Via N2, Anexo 'C' do SENADO FEDERAL, Brasília-DF, CEP: 70.165-900.	
<b>Fiscalização</b>	Conforme cláusula décima primeira do contrato.	

Brasília, 16 de maio de 2013.

**RONALDO WAGNER CARMONA**  
**Pregoeiro**





SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2013**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**(Processo nº 020.806/12-4)**

**ANEXO 02**

**QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**OBJETO:** Registro de Preços para contratação de empresa para aquisição de computador servidor de banco de dados com tecnologia de 64 bits, incluindo licença de sistema operacional, software de *cluster*, instalação e configuração, treinamento em configuração e administração do computador servidor e assistência técnica corretiva durante 60 (sessenta) meses.

O objeto do contrato contempla os seguintes itens:

- I – Computadores e racks de acordo com as características descritas no item Especificações Técnicas;
- II – Instalação e configuração dos computadores;
- III – Serviço de Assistência Técnica com garantia de funcionamento para todos os equipamentos e seus componentes, pelo prazo de 60 (sessenta) meses devendo atender aos níveis de serviço definidos no contrato;
- IV – Serviço de treinamento em configuração e administração do computador servidor de banco de dados para 05 (cinco) pessoas.

**QUANTIDADES**

Item	Descrição	CATMAT/ CATSER	Unidade	Qtde Imediata	Qtde Máxima
01	Computador servidor de banco de dados e softwares associados	131903	Unid.	02	04
02	Rack compatível com o computador servidor	139343	Unid.	01	02
03	Serviço de instalação e configuração do computador servidor.	19615	Unid.	02	04
04	Assistência Técnica com garantia de funcionamento por 48 (quarenta e oito) meses (a partir do 13º mês)	21113	Mês	96	192
05	Treinamento em configuração e administração do computador servidor para 05 (cinco) pessoas.	16837	Unid.	01	01



## SENADO FEDERAL

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### Características do Computador Servidor e do Rack

##### 1. Desempenho

- O computador servidor deve possuir o mínimo de oito processadores (CPUs) de 64 bits. Todas as CPUs devem ser iguais e possuir a mesma configuração de clock, memória cache e número de núcleos de processamento (cores);
- Os processadores instalados devem utilizar tecnologia CMOS de 32nm (trinta e dois nanômetros);
- Cada processador instalado deve possuir o mínimo de 10 (dez) núcleos de processamento (cores) ativos, totalizando o mínimo de 80 (oitenta) núcleos de processamento por computador servidor;
- Os processadores instalados devem operar na frequência de 2,4 GHz (dois vírgula quatro gigahertz) ou superior;
- Os processadores instalados devem possuir memória cache mínima de 30MB (trinta megabytes);
- O equipamento ofertado deve atingir um índice mínimo de desempenho para ser utilizado na função de servidor de banco de dados. O equipamento ofertado deve obter o índice mínimo através de um dos *benchmarks* descritos abaixo:

Benchmark	Índice mínimo	Sítio web
SPEC CINT2006 Rates	<b>1.700</b> (baseline) (um mil e setecentos)	<a href="http://www.spec.org">www.spec.org</a>
TPC-C	<b>5.000.000</b> (tpmC) (cinco milhões)	<a href="http://www.tpc.org">www.tpc.org</a>

- Serão aceitos apenas os resultados de desempenho publicados nos sítios da internet acima citados. Não serão aceitos resultados de equipamentos de modelos distintos daqueles ofertados;
- A comprovação do desempenho é requisito indispensável da solução, e será averiguada consultando-se os sítios acima citados, durante a avaliação técnica das propostas;
- O computador servidor deve estar configurado com o mínimo de 512GB (quinhentos e doze gigabytes) de memória principal, com transferência em barramento de 64 bits;
- O computador servidor deve suportar a expansão para até 2TB (dois terabytes) de memória principal, sem a necessidade de utilizar módulos externos de memória;



## SENADO FEDERAL

- O computador servidor deve estar configurado com discos internos ao chassi, na capacidade mínima instalada de 600GB (seiscentos gigabytes) úteis após o espelhamento (RAID 1), que serão utilizados para a carga do sistema operacional;
- O computador servidor deve estar configurado com 04 (quatro) portas Gigabit Ethernet, com conexão de par trançado, conector RJ-45 (padrão 1000BaseT);
- O computador servidor deve estar configurado com 02 (duas) portas 10-Gigabit Ethernet (IEEE 802.3ae), no padrão 10Gbase-SR, com conexão em fibra multimodo padrão XFP ou SFP+;
- As portas 10-Gigabit Ethernet devem estar distribuídas em duas placas, de forma a garantir que uma falha em uma placa não torne indisponíveis as duas portas;
- O computador servidor deve possuir uma interface de gerenciamento remota, disponibilizada através de uma porta com conexão nos padrões Fast Ethernet (IEEE 802.3u) ou Gigabit Ethernet (IEEE 802.3ae). A interface deve permitir a configuração de um endereço IP, habilitando a funcionalidade de console remota. A interface de gerenciamento remoto deve permitir o desligamento e a inicialização remota do computador servidor, bem como a verificação do seu estado de funcionamento (leitura de temperatura, diagnóstico de componentes de hardware e outras funções);

## 2. Níveis de contingência

- Os módulos de memória devem suportar a detecção e correção de erros por ECC (*Error Correction Code*);
- A arquitetura do computador servidor deve possibilitar a sua operação sob uma única instância do sistema operacional, com acesso a todos os processadores e à totalidade da memória instalada;
- Deve ser fornecido, juntamente com o sistema operacional, o software de alta disponibilidade *Red Hat High Availability Add-On*, em sua versão mais recente. O software deverá ser configurado pela CONTRATADA para permitir o uso dos computadores servidores na forma de cluster, de acordo com os parâmetros de configuração fornecidos pelo PRODASEN;
- O software de cluster deverá ser configurado pela CONTRATADA para acesso aos discos através de SAN (*Storage Area Network*) ou NFS (*Network File System*), além da interface com o SGBD Oracle;
- As fontes de alimentação devem ser redundantes e com carga balanceada. As fontes de alimentação devem poder ser trocadas sem a necessidade de interrupção dos serviços;
- As fontes de alimentação devem ser fornecidas em quantidade e capacidade suficientes para suportar a redundância de alimentação na configuração ofertada;
- O computador servidor deve estar configurado com a quantidade máxima de módulos de ventilação suportados pelo gabinete. Os módulos de ventilação devem ser redundantes, balanceados e monitorados por software, de forma que o equipamento continue a operar em caso de falha em um módulo de ventilação. Os módulos de



## SENADO FEDERAL

ventilação devem ter a capacidade de serem trocados sem a necessidade de interrupção dos serviços;

- O rack deve possuir largura padrão de 19 (dezenove) polegadas e profundidade suficiente para acomodar o computador servidor fornecido. O rack deve possuir a altura máxima de 42 (quarenta e duas) unidades modulares (42U);
- O rack deve possibilitar a alimentação elétrica através de dois circuitos independentes. O rack deve possuir duas unidades de distribuição de energia (PDU – *Power Distribution Unit*) e régua de força em quantidade suficiente para alimentar todas as fontes de alimentação dos computadores servidores, de forma que cada computador servidor seja alimentado simultaneamente pelos dois circuitos. A potência somada das PDUs deverá ser igual ou superior a 250% da potência de entrada requerida pelo computador servidor;
- O rack deve possuir apoios reguláveis para se ajustar aos desníveis do piso. O rack deve possuir porta frontal com chave. O rack deve possuir laterais removíveis para facilitar o acesso aos equipamentos. O rack deve ser totalmente compatível, em dimensões e funcionalidade, com o modelo de computador servidor fornecido.

### 3. Padronização

- Deverá ser fornecida uma licença de uso do sistema operacional Red Hat Enterprise Linux (RHEL) versão 6 ou posterior, incluindo o módulo de alta disponibilidade HA (*High Availability Add-On*). A licença deve suportar a quantidade total de processadores (CPUs) instalados. A licença deve suportar um único sistema hospede (*guest*). O sistema operacional deve ser fornecido em sua versão mais recente e com suporte nativo a 64 bits;
- O equipamento fornecido deverá ser certificado para uso com o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux versão 6 em 64 bits (x86\_64). A compatibilidade será verificada através de consulta ao site [hardware.redhat.com](http://hardware.redhat.com), opção “systems”, durante a avaliação técnica da solução. A certificação do equipamento para uso com o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux é requisito indispensável da solução;
- A licença de sistema operacional deve ter nível Premium e incluir a atualização de versão e o suporte técnico durante 60 (sessenta) meses, sem limitação quanto ao número de usuários;
- As portas 10-Gigabit Ethernet devem ter plena compatibilidade com o switch Alcatel-Lucent OmniSwitch 9800 e suas interfaces 10-Gigabit Ethernet;
- Devem ser fornecidos oito (08) cabos de fibra ótica multimodo de 50/125 micrômetros, padrão OM3, com o mínimo de cinquenta (50) metros de comprimento. Os cabos devem possuir conectores do tipo LC em uma extremidade e conectores compatíveis com as portas 10-Gigabit Ethernet do equipamento fornecido na outra extremidade;
- Cada computador servidor deve possuir uma unidade de leitura de CD-ROM/DVD;



## SENADO FEDERAL

- O computador servidor ofertado deve ser alimentado com a tensão de entrada de 220 VCA (duzentos e vinte volts em corrente alternada);
- O computador servidor deve ser montado no rack ofertado, incluindo todos os cabos elétricos e de conexão necessários ao seu funcionamento;
- O sistema operacional deve incluir os “drivers” e demais softwares necessários para garantir a sua total compatibilidade com sistemas de storage NetApp, nas modalidades DAS (*Direct Attached Storage*), SAN (*Storage Area Network*) e NAS (*Network Attached Storage*), utilizando os protocolos FCoE (*Fibre Channel over Ethernet*), iSCSI e compartilhamentos NFS;
- O computador servidor será utilizado como servidor de banco de dados. Por isso, o equipamento e os softwares devem ter plena compatibilidade com o SGBD Oracle, nas versões 10.2.0.4 e posteriores;
- Para possibilitar a execução de cópias de segurança dos dados, torna-se necessário que o sistema operacional instalado tenha plena compatibilidade com o software de backup IBM TSM (*Tivoli Storage Manager*) Client versão 5.4.0.0 ou superiores.

**RONALDO WAGNER CARMONA**  
**Pregoeiro**



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 070/2013.**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**(Processo nº 020.806/12-4)**

**ANEXO 03**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

No dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_, a União, por intermédio do Senado Federal – Órgão Gerenciador, situado na Praça dos Três Poderes - Brasília DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo \_\_\_\_\_, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450/2005, do Decreto nº 7.892/2013, do Ato da Comissão Diretora nº 10/2010, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº \_\_/20\_\_, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es) beneficiário(s), na seguinte ordem de classificação:

<b>Ordem de Classificação</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Endereço</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Representante Legal</b>
1º				
2º				
3º				
...				
...				

Conforme preços abaixo descritos:

<b>Item</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Especificação</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>



## SENADO FEDERAL

Este Registro de Preço tem vigência de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

Não serão permitidas adesões à presente Ata de Registro de Preços.

O Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_ e seus anexos integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Senado Federal e dos fornecedores beneficiários acima indicado, assim como pelas testemunhas abaixo arroladas.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

### SENADO FEDERAL

---

1º Fornecedor beneficiário:

Representante legal:

CI:

CPF:

Instrumento de outorga de poderes:

---

2º Fornecedor beneficiário:

Representante legal:

CI:

CPF:

Instrumento de outorga de poderes:

---

3º Fornecedor beneficiário:

Representante legal:

CI:

CPF:

Instrumento de outorga de poderes:





SENADO FEDERAL

TESTEMUNHAS:

Diretor

Diretor



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 070/2013.**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**(Processo n.º 020.806/12-4)**

**ANEXO 04**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO**

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, \_\_\_\_\_, para **contratação de empresa para aquisição de computador servidor de banco de dados com tecnologia de 64 bits, incluindo licença de sistema operacional, *software* de *cluster*, instalação e configuração, treinamento em configuração e administração do computador servidor e assistência técnica corretiva durante 60 (sessenta) meses.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ n.º 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, \_\_\_\_\_, e \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, *fax* n.º (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_ e (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_, telefone n.º (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_ e \_\_\_\_-\_\_\_\_, CNPJ-MF n.º \_\_\_\_\_ /\_\_\_\_-\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, CI. \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_/\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** n.º 070/2013, homologado pela Senhora Diretora-Geral \_\_\_\_\_, às fls. \_\_\_\_ do Processo n.º 020.806/12-4, incorporando o Edital, Ata de Registro de Preços e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_ a este



## SENADO FEDERAL

instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **contratação de empresa para aquisição de computador servidor de banco de dados com tecnologia de 64 bits, incluindo licença de sistema operacional, software de *cluster*, instalação e configuração, treinamento em configuração e administração do computador servidor e assistência técnica corretiva durante 60 (sessenta) meses**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** – Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** – Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** – Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** – Manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- V** – Observar as disposições e especificações contidas no edital e seus anexos e no contrato, devendo atendê-las em sua plenitude, cabendo a aplicação de penalidades contratuais no descumprimento de quaisquer dos seus itens;
- VI** – Fornecer os equipamentos conforme especificações técnicas constantes da sua proposta comercial, não podendo, em hipótese alguma, haver substituição dos componentes ou materiais, salvo por expressa autorização do SENADO;



## SENADO FEDERAL

**VII** – Entregar a solução instalada, configurada e em plena operação, acompanhada dos seus respectivos manuais, em formato digital ou em papel;

**VIII** – Fornecer, juntamente com a solução, todos os cabos, acessórios de fixação e demais elementos necessários ao seu pleno funcionamento.

**IX** – Guardar sigilo sobre dados e informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto.

**X** – Obedecer rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de tecnologia da informação do SENADO FEDERAL;

**XI** – Manter, durante a realização dos serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

**XII** – Manter a disciplina nos locais dos serviços e substituir imediatamente todo e qualquer empregado ou preposto em serviço, quando julgados inconvenientes;

**XIII** – Prestar os serviços de manutenção corretiva de acordo com as normas gerais de manutenção atinentes à espécie e, ainda, ao fiel cumprimento dos manuais e normas técnicas dos fabricantes, ficando responsável por quaisquer prejuízos causados por falta da manutenção adequada;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA se obriga a entregar equipamentos novos, que não tenham sido objeto de uso, reforma ou recondicionamento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, isentando o SENADO de qualquer responsabilidade solidária.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUINTO** – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho e de execução durante a vigência dos serviços contratados.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá entregar os equipamentos e componentes objeto deste contrato, **no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA fornecerá o objeto deste contrato conforme a(s) marca(s) e especificação (ões) discriminada(s) em sua proposta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, para a apresentação das partes, o esclarecimento dos termos contratuais, a resolução de dúvidas e o detalhamento do cronograma de entrega, instalação e configuração.

**I** – Devido à criticidade dos sistemas envolvidos, parte das tarefas será executada em horário não comercial, de acordo com as janelas de manutenção planejadas pelo PRODASEN;

**II** – O início dos trabalhos técnicos se dará após a realização da reunião de alinhamento prevista neste Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Após o recebimento provisório e conferência, a solução será instalada, ligada e configurada pela CONTRATADA. Em seguida será executada uma bateria de testes funcionais, cujo objetivo é averiguar o correto funcionamento de seus componentes, da interligação ao subsistema de armazenamento de dados do PRODASEN e da interligação à rede de dados do PRODASEN. Em seguida será feita a instalação do banco de dados Oracle, quando então serão aplicados os testes de bancos de dados, com uma massa de dados de teste.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUARTO** – Depois de concluída a etapa de testes, os bancos de dados serão migrados para o novo equipamento, em horário não comercial, um banco de dados por vez. Por último, haverá uma etapa de “operação assistida”, quando será monitorado o desempenho e a funcionalidade completa do sistema.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Após a instalação dos equipamentos, a realização dos testes funcionais, dos testes de carga e da prestação do serviço de treinamento a CONTRATANTE emitirá o Termo de Aceite da Solução.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A solução ofertada deve incluir o suporte técnico, a assistência técnica corretiva e a atualização de versões para todo o *hardware* e *software* ofertado durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos e componentes, sendo os primeiros 12 (doze) meses a título de assistência técnica do fabricante e os 48 (quarenta e oito) meses restantes a título de assistência técnica estendida.

**I** – A contagem da prestação dos Serviços de Assistência Técnica com garantia de funcionamento iniciar-se-á a partir da data de emissão do Termo de Recebimento definitivo do objeto de que trata o parágrafo quinto desta cláusula.

**II** – O serviço de suporte técnico e a assistência técnica corretiva deverão ser prestados de maneira ininterrupta, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato;

**III** – O acesso da CONTRATADA às instalações do PRODASEN, notadamente a sala-cofre, onde serão instalados os equipamentos adquiridos, será autorizado e acompanhado pessoalmente por um técnico designado pelo PRODASEN.

**IV** – O suporte técnico oferecido deve incluir o acesso ao suporte do fabricante do equipamento, seja por intermédio de seu representante ou diretamente;

**V** – A CONTRATADA deve disponibilizar a atualização da versão dos *softwares* até a versão corrente, durante o período de vigência do contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A prestação dos serviços de assistência técnica com garantia de funcionamento deverá observar os dispositivos a seguir relacionados.

**I** – O suporte técnico e a assistência técnica corretiva deverão ser prestados em Brasília, com atendimento local na sede do PRODASEN, localizado à via N2, Anexo C, Senado Federal;

**II** – O PRODASEN fornecerá à CONTRATADA uma lista com os nomes de seus técnicos autorizados a abrir chamados técnicos;



## SENADO FEDERAL

**III** – A CONTRATADA deverá prover as seguintes formas de contato para acionamento: número telefônico local, email para chamados e telefone celular do técnico plantonista. A CONTRATADA se compromete a manter atualizados os contatos, através das interfaces designadas pelo PRODASEN.

**IV** – O atendimento técnico será iniciado a partir da comunicação formal do evento, por parte dos técnicos autorizados do PRODASEN, através de telefone ou email;

**V** – Entende-se por “início do atendimento” a apresentação, por parte da CONTRATADA, de um diagnóstico por escrito do problema e das linhas de ação a serem tomadas para a sua correção;

**VI** – Entende-se por “conclusão do atendimento” o pleno restabelecimento da funcionalidade e do desempenho dos equipamentos, incluindo a troca de peças e a execução de quaisquer procedimentos corretivos que se façam necessários;

**VII** – A conclusão do atendimento será registrada, anotando-se o tempo de atendimento e de todos os eventos relacionados a cada chamado. Essa informação será utilizada para averiguar o cumprimento dos acordos de nível de serviço previstos neste Projeto Básico;

**VIII** – A conclusão de um atendimento requer a concordância, por parte de um técnico designado pelo PRODASEN, quanto à solução apresentada, que ficará registrada no “Relatório de Atendimento Técnico” (RAT). O RAT deverá registrar a data e hora de início e final do atendimento, bem como os detalhes da solução apresentada, além das assinaturas dos técnicos da contratada e do PRODASEN. Uma cópia de cada RAT será mantida nas instalações do PRODASEN, para acompanhamento da execução do contrato;

**IX** – Quando houver a necessidade de substituição de peças, estas deverão ser novas e originais, conferindo-se essa informação através da nota fiscal ou documento equivalente, e anotando-se no RAT (Relatório de Atendimento Técnico) o número de série das peças substituídas e das peças que as substituíram;

**X** – Quando for necessário o desligamento do equipamento para a substituição de peças, este procedimento deverá ser autorizado previamente pelo PRODASEN, em função do impacto causado aos usuários. Se necessário, o PRODASEN poderá solicitar um adiamento do processo, para uma data e horário acordados entre as partes. Caso o adiamento dos procedimentos seja





## SENADO FEDERAL

solicitado pelo PRODASEN, o tempo decorrido não será contado para efeitos de multa e apuração do cumprimento do contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** – A CONTRATADA deverá fornecer um treinamento de administração e operação do equipamento ofertado, com a carga horária mínima de 15 (quinze) horas/aula.

**I** – O treinamento deverá contemplar 05 (cinco) pessoas, e deve ser executado em Brasília-DF, com todas as despesas custeadas pelo PROPONENTE;

**II** – O treinamento será avaliado ao seu final, de acordo com as cláusulas padronizadas de avaliação de treinamento do PRODASEN. Caso o treinamento tenha uma avaliação média inferior a três pontos, em uma escala de zero a cinco, o treinamento deverá ser executado novamente.

**PARÁGRAFO NONO** – Para acompanhamento e controle da execução do contrato, todas as solicitações serão registradas pelo técnico do PRODASEN e pela CONTRATADA.

**I** – A CONTRATADA deverá apresentar Relatório de Visita, contendo data, hora de chamada, início e término do atendimento, identificação do equipamento, identificação do componente defeituoso, o número de série do componente defeituoso e o número de série do componente substituído, as providências adotadas e toda e qualquer informação pertinente ao chamado. Ao final de cada atendimento, o técnico deverá informar os detalhes do atendimento à Central de Atendimento do PRODASEN, a fim de atualizar a respectiva ocorrência;

**II** – O Relatório de Visita deverá ser assinado pelo técnico da CONTRATADA e pelo responsável pela solicitação de manutenção;

**III** – Ao término de cada atendimento deverá ser entregue uma cópia do Relatório de Visita ao técnico responsável pela solicitação de manutenção;

**IV** – Até o quinto dia útil de cada mês a CONTRATADA deverá apresentar um relatório contendo os dados de todos os Relatórios de Visita relativos ao mês anterior.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – As despesas de transporte, alojamento, alimentação e outras que se fizerem necessárias para o atendimento correrão a expensas da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – A CONTRATADA se obriga a enviar mensalmente um relatório em formato digital (compatível com Microsoft Excel),



## SENADO FEDERAL

listando todos os atendimentos efetuados (caso tenha havido algum atendimento), bem como a lista de componentes substituídos e seus números de série.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Ao final do período de execução contratual, a Comissão de Gestão de Contratos – GCONT emitirá, após consulta aos fiscais designados, um termo de encerramento do contrato, declarando a inexistência de pendências por parte da CONTRATADA. De posse desse termo a CONTRATADA poderá reclamar a devolução da garantia de execução contratual, nos termos previstos em contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – A fim de evitar o vazamento de informações sensíveis, os discos rígidos substituídos durante a vigência contratual não serão devolvidos à CONTRATADA, devendo ser inutilizados pelo SENADO/PRODASEN.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – Os empregados subordinam-se diretamente à CONTRATADA, não mantendo qualquer vínculo empregatício com o SENADO.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E COMPONENTES**

Os equipamentos e componentes, objeto do presente contrato, deverão ser entregues na **Secretaria Especial de Informática – PRODASEN**, situado na **Via N2, Anexo C, Senado Federal, Brasília-DF, CEP: 70.165-900**, no prazo máximo descrito na cláusula terceira.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

**I. – provisoriamente**, pelo órgão técnico do SENADO, receptor do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações; e

**II – definitivamente**, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste, ou por comissão, de no mínimo 3 (três) membros, designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto, regular instalação, configuração dos equipamentos e softwares para operação em modo “cluster” e realização dos testes funcionais e de carga.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:



## SENADO FEDERAL

**I** – se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;

**II** – se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação do gestor.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Caso haja a implementação de novas tecnologias entre o período do Pregão e a data de entrega dos equipamentos, a CONTRATADA deverá informar ao SENADO essa circunstância, sempre procurando entregar componentes com a tecnologia mais atualizada, de comum acordo com a equipe técnica da CONTRATANTE, mantido(s) o(s) preço(s) contratado(s) e considerada a compatibilidade com o exigido no Edital.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Serão recusados os produtos que:

**I** – não atenderem às especificações técnicas contidas na proposta e na documentação técnica, ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo acima;

**II** – apresentarem índices de desempenho inferiores aos estabelecidos no edital de licitação;

**III** – apresentarem defeitos durante os testes de conformidade;

**IV** – apresentarem defeitos durante a instalação e que não tenham sido recolocados em perfeito estado de uso, pelos técnicos da CONTRATADA, conforme parágrafo segundo desta cláusula.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar a substituição do produto recusado, a partir do recebimento da notificação escrita emitida pelo SENADO.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO OITAVO** – O SENADO poderá aceitar equipamentos com qualidade e desempenho superiores em relação à proposta apresentada, desde que não comprometam os requisitos de padronização e mediante justificativa expressa da CONTRATADA e concordância, por escrito, do órgão técnico.

**PARÁGRAFO NONO** – Os equipamentos entregues nas dependências do PRODASEN receberão uma avaliação final de uma Comissão Técnica composta por 3 (três) servidores, a qual será responsável pela elaboração do Termo de Aceite, de acordo com o parágrafo primeiro desta cláusula, após a verificação da conformidade dos mesmos com o exigido no edital.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS (SLA)**

Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá atender às solicitações do SENADO, feitas por meio do PRODASEN, em qualquer horário respeitando as condições e níveis de serviço especificados a seguir.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os Níveis de Serviço serão contados a partir das solicitações de suporte técnico que, por sua vez, serão classificadas nas seguintes categorias:

**I** – Chamados de Prioridade 1 – eventos que causam uma parada no funcionamento do computador servidor;

**II** – Chamados de Prioridade 2 – eventos que causam uma redução na funcionalidade ou no desempenho do computador servidor. Exemplo: Falha (com isolamento) em módulos de memória;

**III** – Chamados de Prioridade 3 – eventos que, embora não gerem impactos na funcionalidade ou no desempenho do equipamento, reduzem a sua tolerância a falhas. Exemplo: quebra de um disco rígido configurado em modo de espelhamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O atendimento aos chamados técnicos deverão seguir os seguintes Níveis de Serviço, por tipo de prioridade, sob pena de aplicação de glosas nos pagamentos mensais deste serviço:

**I** – Chamados de Prioridade I:

a) Tempo para início de atendimento: 02 (duas) horas após abertura do chamado.



## SENADO FEDERAL

b) Tempo para solução do problema: 24 (vinte e quatro) horas após o início do atendimento.

### II – Chamados de Prioridade II:

a) Tempo para início de atendimento: 02 (duas) horas após abertura do chamado.

b) Tempo para solução do problema: 36 (trinta e seis) horas após o início do atendimento.

### III – Chamados de Prioridade III:

a) Tempo para início de atendimento: 02 (duas) horas após abertura do chamado.

b) Tempo para solução do problema: 48 (quarenta e oito) horas após o início do atendimento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os ajustes nos valores de pagamento decorrentes da aplicação do Acordo de Nível de Serviços serão realizados conforme metodologia constante dos parágrafos quarto e quinto da cláusula sexta.

## CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA de fls. \_\_\_\_\_, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
01	Computador servidor de banco de dados e softwares associados				
02	Rack compatível com o computador servidor				
03	Serviço de instalação e configuração do computador servidor.				
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unit. Mensal	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
04	Assistência Técnica com garantia de funcionamento por 48 (quarenta e oito) meses.				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
05	Treinamento em configuração e administração do computador servidor para 05 (cinco) pessoas.				
Valor Total do Contrato (R\$)					



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O valor global estimado do presente instrumento é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O valor correspondente aos equipamentos, softwares, serviços de instalação e treinamento (**Itens 01, 02, 03 e 05**) será pago **integralmente** após emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, conforme previsto na Cláusula Quarta, parágrafo primeiro, Inciso II.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O valor correspondente ao Serviço de Assistência Técnica com garantia de funcionamento (**Item 04**), que será prestado por 48 (quarenta e oito) meses a partir do término da assistência técnica do fabricante, será pago **mensalmente**, a partir do 13º(décimo terceiro) mês após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos e componentes.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os pagamentos de que tratam o parágrafo anterior estão condicionados ao pleno funcionamento dos equipamentos ao longo do mês, sendo considerado que o mês regular possui 720 (setecentas e vinte) horas, e serão calculados conforme a fórmula a seguir:  $V_{MA} = FC \times V_M$ , onde:

- $V_{MA}$  = Valor Mensal Ajustado;
- FC = Fator de Correção, definido entre 0 e 100%, cumulativo no mês de acordo com os chamados abertos e suas prioridades;
- $V_M$  = Valor Mensal, sendo 1/48 (um quarenta e oito avos) do valor global da assistência técnica estendida.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O cálculo do Fator de Correção (FC) se dará em função da indisponibilidade efetiva a partir da abertura do chamado para a resolução do problema, considerando somente chamados de prioridade 1 (um) ou 2 (dois), e havendo uma tolerância de 1 (uma) hora no mês, a qual já é considerada no cálculo do FC. O valor de FC é cumulativo para as indisponibilidades registradas no mês, e será calculado como segue:

$$FC = \frac{(720 - \sum(H_{indisp} \times P_{chamado}))}{720}$$

, onde:

- $H_{indisp}$  = Horas de indisponibilidade registradas por chamado. Serão apuradas somente a partir da primeira hora registrada dentro do mês (tolerância de uma hora mensal), independente da prioridade do chamado;



## SENADO FEDERAL

- $P_{chamado}$  = Peso do chamado de acordo com sua prioridade. Níveis mínimos de serviço, somente para chamados de prioridade 1 ou 2, conforme tabela a seguir:

Chamados	$P_{chamado}$
Prioridade 1	5
Prioridade 2	2

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os pagamentos de que tratam os parágrafos segundo e terceiro desta cláusula serão feitos por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA no prazo de **09 (nove) dias úteis**, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada do original da nota de empenho, ficando condicionado à prévia atestação do gestor.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O pagamento ficará condicionado à apresentação da garantia prevista na cláusula décima e da nota fiscal, cabendo à CONTRATADA apresentar também os comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação de penalidades.

**PARÁGRAFO OITAVO** – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO NONO** – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo sétimo desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo sétimo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:





## SENADO FEDERAL

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável.

### CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993 e artigo 12 do Decreto nº 3.931/2011.

### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho \_\_\_\_\_ e Natureza de Despesa \_\_\_\_\_, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

**I** – Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II** – seguro-garantia; ou

**III** – fiança bancária.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento de sua via do contrato assinado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do ajuste observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02 de 2008.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos;



## SENADO FEDERAL

**IV** – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

**V** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo das sanções aplicadas com base nos incisos anteriores III e IV.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V do *caput* desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

**I** – Apresentar documentação falsa;

**II** – Fraudar na execução do contrato;

**III** – Comportar-se de modo inidôneo;

**IV** – Fazer declaração falsa;

**V** – Cometer fraude fiscal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O atraso injustificado no início ou na conclusão do atendimento do serviço de assistência técnica, sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa.

**I** – O valor da multa será calculado em função da prioridade do chamado e do atraso registrado, de acordo com a tabela a seguir, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total da assistência técnica estendida, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 e na legislação complementar:

Evento	Prioridade	Atraso	Multa
Atraso no início ou na conclusão	Prioridade 1	Até 24hs	0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor global da assistência técnica



## SENADO FEDERAL

do chamado			estendida <b>por hora ou fração de hora em atraso.</b>
		Maior que 24hs	0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor global da assistência técnica estendida <b>por dia de atraso, cumulativamente com a multa prevista para as primeiras 24 horas.</b>
	Prioridade 2	Até 24hs	0,15% (zero vírgula quinze por cento) do valor global da assistência técnica estendida <b>por hora ou fração de hora em atraso.</b>
		Maior que 24hs	0,15% (zero vírgula quinze por cento) do valor global da assistência técnica estendida <b>por dia de atraso, cumulativamente com a multa prevista para as primeiras 24 horas.</b>
	Prioridade 3	Até 24hs	0,1% (zero vírgula um por cento) do valor global da assistência técnica estendida <b>por hora ou fração de hora em atraso.</b>
		Maior que 24hs	0,1% (zero vírgula um por cento) do valor global da assistência técnica estendida <b>por dia de atraso, cumulativamente com a multa prevista para as primeiras 24 horas.</b>

**PARÁGRAFO QUARTO** – As penalidades descritas no parágrafo anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, a critério da CONTRATADA, após análise das circunstâncias que ensejarem sua aplicação e serão, obrigatoriamente, registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula décima sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A não apresentação da documentação prevista no parágrafo oitavo da cláusula sexta sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos décimo primeiro e décimo segundo, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO NONO** – A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula oitava deste contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

**I** – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

**II** – judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 60 (sessenta) meses após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos e componentes.



SENADO FEDERAL

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF,      de                      de 2012

**DIRETORA-GERAL  
SENADO FEDERAL**

**Representante da Contratada**

**RG n.º** \_\_\_\_\_

**CPF n.º** \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

**DIRETOR**

**DIRETOR**



SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2013

(REGISTRO DE PREÇOS)

(Processo nº 020.806/12-4)

### ANEXO 05

<b>LISTA DE TERMOS UTILIZADOS (definições)</b>
--

Assistência técnica corretiva: Entende-se por “assistência técnica corretiva” o conjunto de procedimentos corretivos de hardware e software aplicados à solução, como a troca de seus componentes e placas, cujo objetivo é restaurar o pleno funcionamento da solução, depois de identificada uma falha em seu funcionamento ou uma redução em seu desempenho. A assistência técnica corretiva, em função da criticidade da solução, está sujeita a prazos de atendimento e de solução do problema, conforme descrito neste Projeto Básico.

Cluster: É uma tecnologia que permite que dois ou mais computadores atendam a um mesmo serviço de maneira cooperativa, aumentando a disponibilidade do serviço.

Core: Cada núcleo de processamento em uma pastilha (circuito integrado) é chamado de “core”, e inclui os componentes necessários para processar um conjunto de instruções. Tipicamente, os vários “cores” de um processador compartilham uma memória cache e as interfaces de barramento.

DBA: Do inglês *Database Administrator* (Administrador de Banco de Dados), a sigla identifica uma função, presente na maioria das áreas de Informática, tanto no governo quanto em empresas privadas, cujo papel é ser o responsável pela administração dos bancos de dados, zelando pela qualidade, segurança e disponibilidade das informações. O DBA deve possuir uma formação teórica sobre bancos de dados e o modelo relacional, além de ser especializado na operação de um SGBD, como o Oracle.

Direct Attached Storage (DAS): É uma tecnologia que permite a conexão direta entre um computador servidor e um subsistema de armazenamento em disco, tipicamente através de canais *Fibre Channel* ou *Gigabit Ethernet*.



## SENADO FEDERAL

Error Correction Code (ECC): É uma tecnologia de detecção e correção de erros em chips de memória.

Hot Swap: Em tradução literal, “troca a quente”. Diz respeito à capacidade de um componente que o permite ser trocado sem a necessidade de parada do equipamento.

Memória cache: As arquiteturas modernas de processadores incluem múltiplos níveis de memória associativa, chamadas “memória cache”. O papel da memória cache é servir como intermediário para o acesso a uma memória mais lenta, armazenando os dados mais requisitados. Tipicamente há três níveis de memória cache (L1, L2 e L3). Quando mais alto o nível, maior é a capacidade e mais lenta é a memória.

Multiprocessamento simétrico: Do inglês *Symetric Multiprocessing* (SMP). É uma arquitetura de computadores que permite a coordenação de múltiplos processadores de forma que, com o auxílio do sistema operacional, o conjunto de processadores apareça como um único sistema.

Network Attached Storage (NAS): É uma tecnologia que permite a conexão, através de uma rede de comunicação, entre um computador servidor e um subsistema de armazenamento em disco, utilizando protocolos como o NFS e o CIFS.

Oracle Corporation: A Oracle Corporation é uma empresa americana, líder mundial no desenvolvimento de sistemas gerenciadores de banco de dados (SGDB) de acordo com o modelo relacional, atuando no mercado mundial desde o início da década de 80. Além do SGDB, a Oracle é também líder no desenvolvimento de servidores de aplicação (application servers), computação em grade (grid computing), sistemas de busca textual e outras áreas.

Redundant Array of Independent Disks (RAID): É uma tecnologia de agrupamento de discos físicos, criando um “disco virtual” que proporciona maior desempenho, disponibilidade e tolerância a falhas.

SABD: Serviço de Administração de Bancos de Dados. É o serviço da Subsecretaria de Infraestrutura Tecnológica responsável pela manutenção e operação dos bancos de dados do PRODASEN.

SGBD Oracle: O SGBD Oracle é o principal sistema utilizado para armazenar os bancos de dados do Senado Federal. Por suas características de maturidade no mercado, escalabilidade, segurança e flexibilidade, o SGBD Oracle - atualmente em sua décima primeira versão, mostra-se à altura do desafio de armazenar e disponibilizar a enorme quantidade de informações geradas diariamente no âmbito do Senado Federal.



## SENADO FEDERAL

Simultaneous Multithreading (SMT): É uma tecnologia que permite a execução simultânea de dois ou mais conjuntos de instruções em um processador.

Storage Area Network (SAN): É uma tecnologia de conexão de armazenamento que cria uma “conexão virtual” entre um computador servidor e um sistema de armazenamento. Esta conexão, apesar de utilizar uma rede, aparece como se fosse uma conexão direta, utilizando protocolos como o iSCSI.

Suporte Técnico: Entende-se por “suporte técnico” a assistência técnica prestada pela CONTRATADA com o objetivo de solucionar dúvidas de funcionamento, ajustar configurações, atualizar a versão dos softwares, resolver defeitos de software (*bugs*) e demais intervenções realizadas nos computadores servidores e em seus softwares de apoio.





SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2013**

**(REGISTRO DE PREÇOS)**

**(Processo nº 020.806/12-4)**

**ANEXO 06**

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato e a Ata de Registro de Preços, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº</b> ____ / ____				
<b>Data de abertura:</b>				
<b>Nome da empresa:</b>				
<b>CNPJ:</b>				
<b>Endereço:</b>				
<b>CEP:</b>				
<b>Telefone: (DDD)</b>				
<b>Fax: (DDD)</b>				
<b>e-mail:</b>				
<b>Nome</b> (do Representante legal da empresa que irá assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços)				
<b>CPF:</b> (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato ou a ARP)				
<b>RG/órgão emissor:</b> (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato ou a ARP)				
<b>Instrumento de outorga de poderes:</b> (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)				
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Computador servidor de banco de dados e softwares associados			
02	Rack compatível com o computador servidor			
03	Serviço de instalação e configuração do computador servidor.			



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unit. Mensal	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
04	Assistência Técnica com garantia de funcionamento por 48 (quarenta e oito) meses.				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
05	Treinamento em configuração e administração do computador servidor para 05 (cinco) pessoas.				
Valor Total do Contrato (R\$)					

**INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:**

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O custo total do serviço de assistência técnica (item 04) deverá ser cotado para o prazo de vigência de 60 meses.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

**A proposta de preços deverá estar datada e assinada.**